

# FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: A AÇÃO LOCAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORTE DO PARANÁ

ANDERSON DE FREITAS VIETRO\*

AGB – Florianópolis

Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

afvietro@hotmail.com

## RESUMO

Discute a gênese da formação socioespacial norte-paranaense, com destaque para a evolução do setor industrial e a importância dos agentes locais na difusão desse processo. Diversas cidades especializaram em determinadas produções industriais como Araçongas - mobiliário, Cianorte - confecções, Apucarana - bonés, Jaguapitã - mesas de bilhar. A ação dos agentes locais, com acúmulo de certa quantia de dinheiro e, que mesmo em conjunturas de crise mundial e nacional, resolveram investir em determinadas produções de forma artesanal e doméstica, revelou-se exitosa. Tal desenvolvimento contribuiu para a difusão de processos produtivos e especialização produtiva, fundamental para a ampliação da produção industrial paranaense, no bojo do processo de industrialização brasileiro.

**Palavras-chave:** formação socioespacial, industrialização, Norte do Paraná, colonização, ação local.

## RESUMEN

Analiza la génesis del Norte Paranaense de formación sociopolítica, con énfasis en el desarrollo de la industria y la importancia de los actores locales en la difusión de este proceso. Varias ciudades se especializan en determinados productos, tales como industriales Araçongas - muebles, Cianorte - ropa, Apucarana - gorras, Jaguapitã - mesas de billar. La acción de los actores locales, con la acumulación de cierta cantidad de dinero, y que incluso en situaciones de crisis nacional y mundial, decidió invertir en determinados productos es de tipo artesanal y doméstico, ha demostrado tener éxito. Esta evolución ha contribuido a la difusión de los procesos de producción y la experiencia es vital para la expansión de la producción industrial Paranaense, en medio del proceso de industrialización en Brasil.

**Palabras clave:** formación sociopolítica, la industrialización, en el norte de Paraná, la colonización, la acción local.

---

\* Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia UFSC, Técnico em Assuntos Educacionais da UTFPR-Apucarana.

## INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná, na Região Sul do Brasil, em virtude do processo de ocupação, apresenta três formações sócio-espaciais distintas, complementares e dinâmicas, sínteses de combinações de aspectos naturais, socioculturais e econômicos. As diversas combinações geográficas (Cholley) de atributos geomorfológicos, climáticos, conjunturas econômicas, condições técnicas, aspectos socioculturais propiciaram diferenciações territoriais e sociais, responsáveis pela gênese de uma industrialização dinâmica e por uma urbanização significativa em períodos distintos. O presente trabalho objetiva debater aspectos relativos à industrialização do Norte do Paraná, através da utilização de categorias como a formação sócio-espacial (Santos), a pequena produção mercantil (Mamigonian), a colonização (Waibel) e os ciclos de acumulação capitalista (Rangel). Considerando as combinações de elementos do quadro natural e humano, ou seja, a relação sociedade e natureza e o processo histórico, utilizando escalas de análises local, regional, nacional e mundial, é possível explicar a dinâmica capitalista da área em destaque.

O Norte do Paraná, conhecido pela colonização dirigida empreendida por capitais ingleses e brasileiros a partir de 1920 (Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP), pela fertilidade do tipo de solo predominante (Terra Roxa) e pela excelente produção de gêneros agrícolas, constituiu formação sócio-espacial distinta daquela ocupação oriunda de Paranaguá e Curitiba a partir do século XVII (Paraná Tradicional). A industrialização norte-paranaense, até os anos 1960, era praticamente inexistente em virtude da ocupação do território e a efetiva incorporação de terras à produção se concluiu no final dos anos 1950. A partir da década de 1960, o Norte do Paraná passou por significativas alterações produtivas “inseridas nas frequentes mudanças na divisão territorial e internacional do trabalho, tanto em âmbito nacional como paranaense” (Fresca), com o avanço da industrialização. No período 1968-1977, o Paraná apresentou forte dinamismo econômico com elevadas taxas de crescimento. Pós 1976, o setor industrial passou a ter predomínio sobre a agropecuária na composição da renda interna estadual. Esta expansão se deve principalmente ao crescimento das agroindústrias, com destaque para o processamento de soja e trigo, pecuária (carne e leite), café solúvel, sucroalcooleiro etc., através das cooperativas de produtores rurais e de empresas locais de iniciativa privada. Após o “Milagre Brasileiro” (1968-73), quando iniciou-se uma fase recessiva mundial (fase b do 4º Kondratieff), o Paraná continuou a crescer vinculado às

iniciativas industriais espalhadas por todo o Estado, como: o início das operações na Cidade Industrial de Curitiba (com recursos do BADEP, financiando principalmente unidades de capital estrangeiro e nacional de outros estados); a construção da Refinaria da Petrobrás em Araucária; o crescimento da construção civil, indústria química, de material de transporte e comunicação, de material elétrico, indústria metal-mecânica; as iniciativas de capital local em ramos da indústria tradicional no interior do Estado, com destaque para o setor confeccionista em Cianorte, Apucarana, Maringá e Londrina, o setor moveleiro em Arapongas e agroindustrial sucro-alcooleiro, avícola, de mandioca e derivados, de moagem e processamento de grãos, laticínios, torrefação de café, fiação de algodão e seda, dispersas pelo interior do Estado (Fresca). A ação dos agentes locais, com acúmulo de certa quantia de dinheiro e, que mesmo em conjunturas de crise mundial e nacional, resolveram investir em determinadas produções de forma artesanal e doméstica, revelou-se exitosa.

A rede urbana norte-paranaense, composta em 1997 por 203 cidades, passou por uma complexificação, vinculada à intensificação e ao adensamento de processos produtivos, de circulação, distribuição e consumo. Duas vertentes permitem explicar a dinâmica industrial do Norte do Paraná: o processo de transferência industrial de unidades produtivas, principalmente de São Paulo e implantação de unidades produtivas de empresas estrangeiras, concentradas em setores intensivos em capital; e o processo de consolidação e expansão das iniciativas locais e regionais, mais importantes do ponto de vista local-regional pelo número de estabelecimentos e de empregos gerados, concentrada em setores intensivos em mão-de-obra.

Diversas cidades especializaram em determinadas produções industriais como Arapongas - mobiliário, Cianorte - confecções, Apucarana - bonés, Jaguapitã - mesas de bilhar. A ação dos agentes locais, com acúmulo de certa quantia de dinheiro e, que mesmo em conjunturas de crise mundial e nacional, resolveram investir em determinadas produções de forma artesanal e doméstica, revelou-se exitosa. Tal desenvolvimento contribuiu para a difusão de processos produtivos e especialização produtiva, fundamental para a ampliação da produção industrial paranaense, no bojo do processo de industrialização brasileiro.

## **A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO NORTE DO PARANÁ**

Milton Santos (1977) retoma a categoria marxista-leninista de formação econômica e social, valorizando a dimensão espacial, e concebe a formação

socioespacial, a qual diz respeito “a evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso”(p. 82). O autor afirma ainda que esta noção não é indissociável do concreto. Assim, modo de produção, formação social e espaço são para ele categorias interdependentes. “Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social”(p. 86). Cada formação socioespacial é singular, onde os processos gerais interagem com as características particulares, gerando combinações geográficas (Cholley) específicas. E interessa conhecer a formação socioespacial do Norte do Paraná.

Embora o Norte do Paraná já apresentasse ocupações ligadas à expansão cafeeira paulista, principalmente na porção a leste do Rio Tibagi (Norte Pioneiro), desde o século XIX, foi só a partir da década de 1920 que as terras a Oeste do referido rio foram efetivamente ocupadas, por iniciativas particulares, pelo estado e, principalmente por companhias de colonização, dentre as quais destaca-se, pela grandiosidade do empreendimento realizado e pelo sucesso, a Companhia de Terras Norte do Paraná, cuja colonização empreendeu-se em moldes modernos<sup>1</sup> com base em dois elementos distintos, mas inseparáveis, a colonização rural e a fundação de núcleos urbanos. Segundo Muller (2001, p. 107):

A fundação de patrimônios, verdadeiros embriões de cidades, segue de perto a colonização rural; o seu próprio desenvolvimento posterior está na dependência da progressão da ocupação da terra. (...) A “Companhia de Terras Norte Paraná”, bem como sua sucessora, tem a responsabilidade da fundação de grande número dos núcleos urbanos da região. Os principais estão localizados no espigão mestre, à

---

<sup>1</sup> “A colonização intensiva do planalto arenitobasáltico, em moldes modernos, teve início em 1929 e foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná. Esta organização, que empreendeu uma das mais notáveis obras de colonização no Brasil, foi fundada com capitais ingleses (...), começando por adquirir, no Estado do Paraná, uma gleba de 515.000 alqueires paulistas (12.643 km<sup>2</sup>). Em julho de 1929, a Companhia tomou a posse efetiva de sua enorme propriedade com a fundação da cidade destinada a lhe servir de sede e de “capital” da zona por ela colonizada: Londrina. Aí instalados os escritórios da Companhia, em verdadeira clareira aberta na mata virgem, começaram os trabalhos de levantamento topográfico e, a seguir, os planos de loteamento, construção de estradas e localização dos núcleos urbanos. (...) O eixo de toda a colonização, a espinha dorsal da penetração das vias de circulação, é o espigão divisor de águas entre as bacias do Ivaí e do Paranapanema, com seu topo largo e plano. Nele foram traçados os leitos da ferrovia e da estrada principal, nele foram reservadas áreas para os principais núcleos urbanos da região. Dele saíram as estradas secundárias que, acompanhando os contrafortes, iriam depois se desdobrar nos caminhos vicinais, bem como receber os núcleos urbanos menores. Por uma hierarquia de estradas e de centros urbanos, toda a área colonizada ficava engrenada no sistema de circulação, além de nenhuma propriedade ficar a mais de 15km de uma vila ou cidade. O loteamento começou em 1933, seguindo planos pré-determinados. Os lotes, traçados em longas fitas, vão dos espigões aos vales, tendo, ao mesmo tempo, frente para a aguada e para a estrada.(...) Acompanhando o loteamento, progrediu a estrada de ferro, que foi atingindo sucessivamente Jataizinho (1931), Londrina (1935). Apucarana (1937) e, recentemente, Maringá” (MÜLLER, 2001, p. 100-1).

margem da ferrovia e da estrada principal, espaçados entre si por distâncias aproximadamente regulares. Essas cidades, estrategicamente localizadas em pontos de que saem os contrafortes e, em consequência, de onde se irradiam estradas secundárias, são pequenas “capitais” regionais, dominando, cada uma, certa área de povoamento. Algumas, mais desenvolvidas, irradiam sua influência por áreas maiores, tais como Londrina, Apucarana e Maringá. Além das cidades dos espigões, a região conta ainda com núcleos urbanos menores, localizados nos espigões secundários, que, servindo à população local como centros comerciais de pequeno âmbito, são sobrepujados pelas cidades maiores sempre que se trata de transação de vulto, procura de melhores colégios ou tratamento de saúde. O colono pode, conforme a necessidade, apelar para os recursos de centros urbanos hierarquicamente escalonados.

Müller também expõe informações que dão conta da urbanização extremamente rápida do Norte do Paraná, o qual em 1950, “contava com três cidades com mais de 10.000 habitantes: Londrina, com 33.707, Apucarana, com 12.054, e Arapongas, com 11.787 habitantes. Nessa categoria, o Estado do Paraná tinha apenas mais três cidades: Curitiba (141.349 habitantes), Ponta Grossa (44.130 habitantes) e Paranaguá (16.046 habitantes)” (op.cit., p. 108). A autora em tela afirma ainda, que no mesmo ano, a região apresentava mais sete cidades com mais de 5.000 habitantes.

Fresca (2007, p. 241) salienta que tal colonização “não se tratava apenas da comercialização de terras, da construção de estradas e de ferrovias como elementos cruciais para fazer avançar a ocupação. Não mais grandes fazendas, mas o predomínio absoluto e relativo dos pequenos e médios estabelecimentos rurais. Essa foi a fase da concretização da pequena produção mercantil no norte do Paraná.”

Ela destaca ainda o papel das cidades na relação cidade-campo:

As cidades deveriam atender necessidades básicas em termos de bens e serviços de uma elevada população rural e deveriam atender as necessidades da produção agrícola, tanto do café como dos demais produtos. Para isto uma série de máquinas de beneficiamento de arroz, algodão e café, foram implantadas nas cidades. Seus proprietários, os maquinistas, foram ao mesmo tempo industriais e agentes financeiros, na medida em que financiavam os produtores. Adiantavam dinheiro sobre a safra vindoura a ser entregue para o maquinista. (FRESCA, 2007, p. 231).

A autora em tela afirma que, se nessa época a principal área industrial era São Paulo, nas cidades da frente pioneira norte paranaense nasciam pequenas unidades industriais de fabricação de alimentos, roupas, móveis, bebidas, chapéus, calçados, para atender ao mercado local. (p. 232)

## **A INDUSTRIALIZAÇÃO NORTE-PARANAENSE NO CONTEXTO ESTADUAL E BRASILEIRO**

Fresca (2004b, p.2) afirma que a industrialização norte-paranaense até os anos 1960 era praticamente inexistente em virtude do processo de ocupação do território paranaense e a efetiva incorporação de terras à produção se concluiu no final dos anos 1950. Destaca, no entanto, a existência de iniciativas industriais locais, com a presença de inúmeras unidades produtivas artesanais e industriais para atendimento de necessidades imediatas da população ou que não eram importadas de São Paulo, em razão dos custos.

Havia uma industrialização assentada em pequenas unidades, de capital local atrelada à agricultura, ao aproveitamento de recursos naturais e a outros produtos, visando ao abastecimento do mercado local e regional. Mas foi a presença de grandes grupos paulistas, que se expandiram para o norte do Paraná, desde a década de 1930, montando filiais para atendimento dos consumidores, que relativizou a emergência de empresas industriais de maior importância. (FRESCA, 2004a, p. 77-8)

A partir da década de 1960, o Norte do Paraná passou por significativas alterações produtivas “inseridas nas freqüentes mudanças na divisão territorial e internacional do trabalho, tanto em âmbito nacional como paranaense” (FRESCA, 2004a, p. 167). Foi nesse período:

Que emergiu com mais vigor a consciência política de eminentes crises locais face as sucessivas alterações na cafeicultura, tanto pelo esgotamento das frentes pioneiras como pela perda dentre outros, de obtenção de impostos; [...] a consciência de que as rendas geradas no Estado eram duplamente escoadas para São Paulo, por inversão em outros locais e extração das rendas via bancos extra-regionais e por consumo; [...] e emergia internamente ao poder estatal paranaense, a busca de alternativas de romper com o empobrecimento relativo que o Estado sofria – na percepção do executivo e dos políticos – por ter na divisão territorial do trabalho papel de ser unicamente agrícola, quando em nível nacional destacava-se a industrialização como sinônimo de desenvolvimento (FRESCA, 2004b, p. 3).

Assim, o poder Executivo paranaense elaborou um projeto de desenvolvimento pautado na “industrialização via substituição de importações”. Chamado de “modelo paranaense” tal projeto representava a assunção efetiva pelo Estado, de suas funções como promotor do desenvolvimento, numa conjuntura nacional de perda de ritmo de crescimento (1962-1967), o qual procurava repetir processos que ocorreram no Brasil, adotando medidas em direção à industrialização do Paraná. (FRESCA, 2004a, p. 169-70).

Para executar e alcançar o objetivo de industrialização do Estado, foi criada a CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná – que funcionaria com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). A Codepar deveria desempenhar três papéis: “dotar o Estado de infra-estrutura, viabilizar a implantação de indústrias e gerar projetos de desenvolvimento específico, a partir do conhecimento da

realidade local” (AUGUSTO apud FRESCA, 2004a, p. 171). Para gerar condições à produção e reprodução do capital, o Estado criou sociedades de economias mistas como a Copel, a Fundepar, Sanepar, Telepar, Celepar e Cohapar entre 1962 e 1965.

Foi possível ao Estado, através da Codepar, cumprir alguns objetivos: integrar o território com a pavimentação das principais rodovias estaduais e oferecer energia elétrica através da Copel. As medidas institucionais adotadas pelo Governo do Paraná para superar uma crise “foram pensadas por um caminho e implantadas por outro”. A “integração maior do Estado à economia nacional não se deu pela industrialização, mas por uma agoindustrialização extremamente articulada a demandas do país e do mercado internacional a partir da década de 1960” (FRESCA, 2004a, p. 173), efetivada na década seguinte com a modernização agropecuária concretizada no Paraná. Essa modernização corresponde à racionalização da agricultura, com a erradicação programada da cafeicultura após sucessivas crises de superprodução e a introdução de culturas a base de máquinas e insumos; a alterações nas relações de trabalho no campo, com a eliminação de postos de trabalhos, intensificação da urbanização e crescimento da demanda por produtos agrícolas e; a subordinação da agricultura à lógica do capital industrial com a conseqüente industrialização da agricultura. (FRESCA, 2004a, p. 173-83).

No período 1968-1977, o Paraná apresentou forte dinamismo econômico com elevadas taxas de crescimento. A partir de 1976, o setor industrial passou a ter predomínio sobre a agropecuária na composição da renda interna estadual. Essa expansão se deve principalmente ao crescimento das agroindústrias, com destaque para o processamento da soja e do trigo, da pecuária (carne e leite), do café solúvel, sucro-alcooleiro etc., através das cooperativas de produtores rurais e de empresas locais de iniciativa privada.(FRESCA, 2004a, p. 200-1).

Após o “milagre brasileiro” (1968-73), quando iniciou-se uma fase recessiva mundial (fase b do 4º Kondratieff), o Paraná continuou a crescer vinculado às iniciativas industriais espalhadas por todo o Estado, como o início de operação da Cidade Industrial de Curitiba (com recursos do BADEP, financiando principalmente unidades de capital estrangeiro e nacional de outros Estados), a construção da Refinaria da Petrobrás em Araucária, o crescimento da construção civil, da indústria química, de material de transporte, de comunicação, de material elétrico, indústria mecânica e metalúrgica, as iniciativas de capital local em ramos da indústria tradicional no interior do Estado, com destaque para o setor confeccionista em Cianorte, Apucarana, Maringá

e Londrina, o setor moveleiro em Arapongas e agroindustrial sucro-alcooleiro, avícola, de mandioca e derivados, de moagem de grãos produzindo óleos e cremes vegetais, de moagem de milho, de laticínios, de torrefação de café, fiação de algodão e seda etc. dispersas por todo interior do Estado (FRESCA, 2004a, p.204-7).

A autora identifica semelhanças entre a gênese e a expansão de atividades industriais (especializadas) em Arapongas, Cianorte e Apucarana. Observou o desenvolvimento de um setor moveleiro, de um setor de confecções de blusas, vestidos, jeans, e de uma produção confeccionista de bonés e camisetas, respectivamente. As iniciativas eram locais, com transferência de recursos de atividades de pequena produção mercantil, rurais e urbanas, para as atividades industriais nascentes, de forma artesanal, como a reforma de móveis, ou produção de bonés com motivos esportivos para a venda na porta dos estádios em dias de jogos. A expansão da produção e do número de estabelecimentos e empregados conformando setores significativos se deu mediante um processo denominado pela autora de “contato próximo”. Ou seja, “a partir da criação e expansão de algumas empresas, visíveis empiricamente pela contratação de novos empregados, aumento da produção, enriquecimento do proprietário, outras pessoas ligadas ou não a esta atividade, passaram a fundar indústrias” (FRESCA, 2004b, p. 5), seja pelo caminho da separação de sociedades, pela iniciativa de funcionários com experiência no ramo, ou por outros profissionais que estivessem procurando um novo investimento. E essa gênese ocorreu em períodos recessivos em nível nacional (meados dos anos 1960) e mundial (pós –1973).

O ingresso numa fase recessiva mundial inaugurada em 1973 e agravada a partir de 1980, não implicou apenas em desmonte ou não emersão de outras atividades produtivas, muito pelo contrário, no norte do Estado a força e a dinâmica da pequena produção mercantil arrefeceu os impactos da crise longa recessiva e curtas, vinculadas respectivamente ao 4º Kondratieff e Juglarismos brasileiros. (FRESCA, 2004b, p. 5).

No contexto brasileiro, a partir de 1980, segundo Rangel (2005, p.431):

Teve início a fase recessiva do ciclo breve endógeno, e isso nas condições da persistência da fase recessiva do ciclo longo, que é exógeno, do ponto de vista brasileiro, visto como é um fenômeno de alcance mundial. Dificilmente poderemos encontrar em toda a nossa história econômica um período tão depressivo como o triênio 1980-83. Este foi um período recessivo em todo o mundo.

A década de 1980, que ficou conhecida como “a década perdida”, pelos baixos índices de crescimento da economia nacional (crescimento do PIB no período de 16,8% e crescimento industrial de 2,6%, segundo Araújo Jr, (2003, p. 49)), foi marcada pela ineficiência estatal para gerar novas áreas de investimentos para setores carregados de



capacidade ociosa, como a indústria pesada, de bens de capital. Entre 1981-83, o país apresentou uma forte recessão industrial, apresentando uma leve melhoria entre 1984-86, aprofundando numa recessão de 1987-89, fruto de medidas político-econômicas equivocadas, para conter a inflação. A partir de 1988 houve queda do número de empregos em praticamente todos os gêneros da indústria de transformação.

A coincidência de períodos de crise dos ciclos longos e curtos gerou a recessão de 1980-84. Houve o agravamento da questão agrária em função da indústria e a agricultura tornarem-se atividades poupadoras de mão-de-obra, resultando numa produção “superdimensionada de um exército industrial de reserva” (RANGEL, 1998, p. 168). A crise do comércio exterior com endividamento externo, para a substituição de importação do Departamento I, e a ineficiência estatal em criar um aparelho de intermediação financeira que viabilizasse a utilização da poupança gerada nos setores ociosos em investimentos nos setores antiosiosos ou estrangulados (notadamente os serviços de utilidade pública e infra-estruturais) (RANGEL, 1998, p. 167), contribuíram para o prolongamento da crise por toda a década.

Embora o Paraná acompanhasse as grandes tendências verificadas para o Brasil, teve reduzido os impactos da fase recessiva por continuar tendo na agropecuária e na agroindústria a predominância produtiva e de geração de rendas (FRESCA, 2004a, p. 207). Segundo a autora em tela:

Os municípios do norte do Paraná, que têm sua dinâmica geral atrelada à agropecuária, agroindústria e ramos industriais classificados como tradicionais – confecções, mobiliário, bebidas, outros alimentos, etc. – viram reduzidas suas participações no valor adicionado da indústria paranaense. Em 1975, concentravam 33% do valor adicionado do Estado; em 1980, 20,7%, em 1985, com 27,6% - liderado pelas inversões em suas agroindústrias – e 22,6% em 1990 (p.212).

A partir dos anos 1990 foram tomadas, em nível nacional, medidas de abertura e liberalização econômica, visando “tornar as empresas nacionais mais competitivas no mercado internacional” e “montar uma estrutura industrial e econômica que incentivasse a indústria nacional para competir em igualdade com as indústrias estrangeiras” (ARAÚJO JR, 2003, p. 26), numa clara inspiração neoliberal, pautada no discurso da globalização como algo moderno, irreversível e irresistível, e que prega o enfraquecimento do Estado. Tais medidas levam o país a uma reinserção passiva na DIT no bojo da terceira revolução industrial. Na década de 1990 o PIB cresceu 23,2% e a indústria de transformação cresceu 22,3% (ARAÚJO JR, 2003, p.49).

Os anos 1990 são marcados por políticas macroeconômicas de curto prazo, como a política de importação em 1990 que servia como instrumento para combate a inflação, em que os preços estrangeiros mais atraentes que a indústria nacional estimulavam a redução de preços. Araújo Jr (2003, p. 54-6) analisa as conseqüências da abertura comercial empreendida pelo governo Collor em 1990. Como efeitos positivos, o autor ressalta a elevação da produtividade, da qualidade dos produtos dos setores e empresas sobreviventes, uma maior desverticalização e especialização de produção e de produtos. Como fatores negativos destaca a velocidade excessiva de implantação (quando na realidade deveria ser feita de forma planejada, lenta e gradual e não de forma indiscriminada como ocorreu), “levou a uma política de comércio exterior que só prejudicou as empresas e os interesses nacionais” ao não priorizar a produção e o mercado interno, a elevação do custo de capital de investimento para indústrias nacionais e o aumento da participação do capital estrangeiro no mercado interno.

Assim, segundo o referido autor, o Brasil passa a ser industrialmente e comercialmente menos atuante na DIT do que foi na década de 1980, e sua inserção se dá de forma desequilibrada, aumentando as importações e diminuindo as exportações. Os juros altos e o câmbio sobrevalorizado, adotados a partir de 1994 como medidas de estabilização, deprimiu a competitividade da indústria brasileira. A participação dos produtos primários na composição das exportações passou de 33,5% em 1992 para 38,2% em 1997.

Segundo Fresca (2004a, p. 214-5), em 1993 e 1994 o PIB paranaense teve um desempenho positivo com o início da integração nacional e do Paraná com os países do Mercosul, quando aumentaram as exportações estaduais, principalmente agroindustriais e metal-mecânicas. Entre 1991 e 1994 ocorreu aumento da produção industrial nos setores de materiais de transporte, mecânico, do vestuário, calçadista, de artefatos de tecido e alimentício. A partir de 1994, o Paraná iniciou nova fase de crescimento, beneficiado pelo aumento do consumo de bens não duráveis e alimentícios com a implantação do plano real, com destaque para a agropecuária e as agroindústrias – de grupos privados, como a avícola Big Frango de Rolândia, e cooperativas agroindustriais verticalizadas (concentradas, sobretudo no Norte e Oeste do Paraná) – e a conformação do parque automobilístico e de autopeças (fornecedoras não nacionais das montadoras) na Região Metropolitana de Curitiba, o qual, fruto de forte financiamento estatal e isenções fiscais, contribuiu para a concentração dos investimentos em nível estadual e para o aumento da participação do capital estrangeiro na indústria paranaense.

O governo estadual sob a administração de Jaime Lerner (1995-2002) implantou uma política de redução da participação do Estado na economia, em compasso com a política nacional do governo FHC para o mesmo período, mediante realização de privatizações equivocadas, como a do Banco do Estado do Paraná (Banestado), e dos principais eixos rodoviários do Paraná (“Anel de Integração”), cujos contratos de concessão para um prazo de 25 anos, não prevêem um cronograma de investimentos nem o controle da tarifas pelo poder concedente, no caso o Estado do Paraná. É nesse contexto neoliberal, que ocorre a ampliação do Parque Automotivo do Paraná, com investimentos concentrados na Região Metropolitana de Curitiba (a Volvo encontrava-se instalada desde 1977, na Cidade Industrial de Curitiba). Após disputas entre vários Estados brasileiros, numa verdadeira guerra fiscal, o Governo do Paraná cedeu terrenos, isenção de impostos, e infra-estrutura para a instalação das montadoras Chrysler (Campo Largo), Renault e Audi/Volkswagen (ambas em São José dos Pinhais), entre 1997 e 1999.

Houve ainda um grande número de falências, fusões e aquisições de empresas, por empresas estrangeiras e nacionais de outros Estados, bem como uma reestruturação e concentração de capital das cooperativas agroindustriais do Estado do Paraná, como a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (Cocamar), Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo) e Cooperativa Agroindustrial de Rolândia (Corol), e transferência de unidades produtivas para o Paraná, provindas predominantemente de São Paulo, num processo de desconcentração industrial, como as empresas Dixie Toga e Elevadores Atlas Schindler, instaladas na cidade de Londrina em 1998.

Os anos de 1990 marcam importante momento para a industrialização norte-paranaense ligada tanto ao processo de transferência industrial como de busca de estratégias por parte dos setores consolidados para fazerem frente aos problemas oriundos das macro políticas em nível federal que afetaram diretamente esta produção (FRESCA, 2004b, p. 6).

As transformações produtivas que atingiram o país após 1990, forçaram as empresas locais a se adequarem a um mercado mais competitivo, implementando inovações, alterando seus sistemas produtivos para encarar a concorrência estrangeira. Como uma dessas estratégias surge a cooperação entre empresas do mesmo ramo, beneficiadas pelas economias geradas pela aglomeração de estabelecimentos em determinadas porções do território paranaense.

## **O PAPEL DOS AGENTES LOCAIS NA DINÂMICA INDUSTRIAL REGIONAL**

As iniciativas locais contribuíram para o desenvolvimento industrial do norte do Paraná. Como foi ressaltado, diversas cidades da região industrializaram-se, seja a partir de diversificação industrial, seja pela especialização produtiva. Devemos considerar que a democracia no acesso à terra, quer dizer, a relativa facilidade de aquisição das terras, mediante a colonização em pequenas e médias propriedades, foi fator relevante para tal processo, na medida em que o desenvolvimento da pequena produção mercantil possibilitou o acúmulo de excedentes, permitindo a diferenciação social e a diversificação das atividades econômicas. De acordo com Fresca (2005), Vietro (2006) e Veiga (2008), entre tantos outros autores que estudaram a atividade industrial na região, foi o vigor da pequena produção mercantil que possibilitou o desenvolvimento da atividade industrial, principalmente nos setores intensivos em mão-de-obra.

De acordo com Vietro (2006, p. 50), a produção de bonés em Apucarana iniciou-se mediante a ação de Jaime Ramos, de origem urbana, que fabricava artesanalmente chaveiros em acrílico, flâmulas, tiaras, viseiras, chapéus e bonés com emblemas de times de futebol e que, juntamente com familiares e amigos comercializava na porta dos estádios em dias de jogos. Devido ao sucesso, em 1974 fundou a empresa Jaime Ramos Ltda, juntamente com um sócio local, que funcionava em sua residência, empregando 08 funcionários, produzindo bonés “stander” ou “bonés-de-pintor”, com máquinas de costura usadas e de uso doméstico. O conhecimento sobre o processo de produção, corte e montagem do boné, foi adquirido através do desmonte do boné e da cópia de suas partes em tecido.

Os negócios expandiram-se e em 1978 desfez-se a sociedade com o antigo sócio (o qual montou uma facção de calças jeans), e foi fundada a Cotton's Bonés, que segundo Fresca (2005) expandiu a produção mediante ingresso de um sócio de origem nipo-brasileira e comerciante de produtos agropecuários, passando a produzir bonés promocionais.

O rompimento da sociedade permitiu a formação de novas empresas com outros sócios e repetidamente a criação de outras unidades confeccionistas de bonés. (...) o **contato próximo** gerou a perspectiva de criações de outras unidades produtivas: pelo caminho da separação de sociedades; funcionários com experiências no ramo vinculados aos mesmos – viajantes, representantes comerciais, profissionais outros que a partir do acúmulo de certo capital ingressam na produção de bonés.

A fundação de indústrias prosseguiu em Apucarana ao longo dos anos 1980 e 1990, conformando um setor especializado na produção de bonés promocionais que futuramente promoveram diversificação da produção incluindo outros brindes como camisetas, porta-cds, etc (FRESCA, 2005, p. 5558, grifo nosso).

Atualmente, além de empresas fabricantes de bonés e facções<sup>3</sup> (prestadoras de serviços para fabricantes de bonés, atuantes em etapas de costura, serigrafiação e bordagem, geralmente, informais e domésticas), um número considerável de empresas fabricantes de acessórios para bonés, malhas, aviamentos para bonés e confecções em geral, e de fabricantes de máquinas e equipamentos específicos para bonés instalaram-se em Apucarana. Há que se considerar que nem todas essas empresas se instalaram visando a produção de bonés. Empresas como a Saneabas, surgiram de iniciativas locais e anteriormente produzia tubos de saneamento em pvc (Sanetubos) e posteriormente passaram a atuar no fornecimento de matéria-prima para a indústria do boné.

Empresas como a Taicry Indústria e Comércio de Equipamentos Mecânicos Ltda surgiram para atender uma demanda do setor: a produção de máquinas específicas para a confecção de bonés. Originariamente importadas da China e da Coréia do Sul, máquinas para passar bonés, para encapar e pregar botões foram desmontadas e as peças reproduzidas. Atualmente, as empresas possuem tecnologias próprias para a produção de máquinas para o setor de bonés, com máquinas seriadas e por encomendas. A implantação de indústrias fornecedoras também resultou de estratégias de verticalização de produção de empresas confeccionistas de bonés como a Kriswill, com a implantação de uma tecelagem de malhas de algodão para camisetas, e de estratégias de diversificação de atividades como o grupo Costa e Miquelin com a produção de tintas serigráficas. Atacadistas locais e empresas especializadas em uma etapa da produção, passaram a aceitar encomendas de bordados, de serigrafia, passaram a oferecer serviços de cortes a laser, de modelagem, entre outros.

Vietro ainda identificou em Apucarana outras atividades industriais que surgiram de iniciativas locais, as quais permitiram a conformação de grupos empresariais com atuação internacional e detentoras de importantes fatias do mercado interno, tal qual, a moagem de milho e produção de rações para cães e gatos, o curtimento de couro, a fabricação de equipamentos de proteção individual, a produção de defensivos agrícolas, entre outras.

---

<sup>3</sup> As facções são empresas que prestam serviços para fabricantes de bonés. Elas atuam em etapas como costura, serigrafiação e bordagem. Geralmente, são empresas informais, que funcionam nas residências das próprias costureiras, empregando em média cinco pessoas. Uma facção pode realizar uma ou várias etapas da produção, para um ou mais fabricantes. Em períodos de grande demanda, como de julho a fevereiro, ou em anos de eleições, as empresas formais contratam o serviço de outras facções. É nesse período que novas facções são criadas por iniciativas de ex-funcionários de facções e de fabricas de bonés, ou por iniciativas de outros agentes, como comerciantes, profissionais liberais e desempregados.

Veiga (2008) identifica nos agentes locais, a origem da produção de mesas de bilhar em Jaguapitã, cuja produção surgiu nas décadas de 1960 e 1970, fruto de transformações econômicas e sociais que afetaram toda a rede urbana do norte do Paraná, especialmente esta pequena cidade. Novas indústrias foram instaladas por agricultores, filhos de agricultores, comerciantes e artesãos. Assim, nas décadas de 1980 e 1990 a atividade se expandiu, tornando Jaguapitã a primeira cidade em número de indústrias de mesa para bilhar e com significativo controle do mercado consumidor nacional, algo em torno de 30.000 mesas no Brasil.

Os exemplos de cidades em que a iniciativa local foi responsável pelo desenvolvimento industrial são inúmeros, assim como o são os setores em que a atividade se desenvolveu, bem como as formas de associação. Das pequenas confecções de jeans e bonés em Cianorte e Apucarana, às grandes indústrias de móveis em Arapongas. Das fábricas de metais sanitários de Loanda, às cooperativas agroindustriais de Rolândia, Campo Mourão e Maringá. Diversos foram os processos, diversas foram as atividades em que a iniciativa local, oriunda de uma pequena produção mercantil diversificada, pôde aplicar seus rendimentos, muitas vezes com incerteza perante as crises. Muitas delas fracassaram. Outras tantas tiveram êxito e serviram de exemplo para outras tantas iniciativas. E o processo é contínuo, afinal a realidade é complexa e não pára.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO JR., A. M. *A indústria de bens de capital no Estado de São Paulo: da gênese aos problemas atuais*. 2003. 257 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. *RAIS – Relação Anual de Informações Sociais* – 1985. Brasília, 1985-2004.
- FRESCA, T. M. A estruturação da rede urbana do norte do Paraná. FRESCA, T. M.; CARVALHO, M.S. (org.) *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. Vol. 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 201-250.
- FRESCA, T. M. *A rede urbana do Norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 2004a.
- FRESCA, T. M. *Industrialização no Norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégias de crescimento*. Londrina, 2004b. Inédito
- FRESCA, T. M. A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Arapongas, Apucarana e Cianorte. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Usp, 2005. p.5554-5574.

- MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: *Geografia*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.
- RANGEL, I. M. A história da dualidade brasileira. (1981) In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (orgs.) *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: editora 34, 1998. p. 139-170.
- RANGEL, I. M. *Obras reunidas*. v.2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 54, p.81-99, jun. 1977.
- VEIGA, L.A. *Jaguapitã-PR: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina.
- VIETRO, A. F. *O processo de industrialização de Apucarana: a capital nacional do boné*. 2006, 93p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina.